ACTA Nº 15

Acta da Sessão Ordinária do dia 29 de Fevereiro de 2008

-------- Aos vinte e nove dias do mês de Fevereiro de dois mil e oito, pelas dezoito horas e trinta minutos, na sala de sessões do Edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de Vagos, sob a presidência do senhor Jorge Domingues Camarneiro, secretariado pelo senhor Manuel Marcelino dos Santos Manangão e pelo senhor Hugo Emanuel da Silva Ribeiro Jorge, respectivamente primeiro e segundo secretários. ----------

-------- Feita a chamada verificou-se que faltaram à presente Sessão os seguintes deputados municipais: Elisabete Pequeno; Joaquim Plácido; Licínio Ramos, que foi substituído pelo senhor Manuel Reverendo; Manuel Bogalho; Maria Fernanda Oliveira. O senhor deputado Manuel Pereira solicitou suspensão do mandato pelo prazo de um ano, sendo substituído pela senhora deputada Dália Maria Batista. ----------

-------- Da parte do executivo estiveram presentes o senhor Presidente da Câmara e os senhores Vereadores Carlos Neves, Albina Rocha, Fernando Capela, Marco Domingues e Manuel Frade. ----------

--------- O senhor Presidente da Assembleia colocou à discussão e votação a acta da Sessão anterior. ----------

-------- A senhora deputada Dina Ribeiro considerou que nesta acta, tal como noutras anteriores, havia registos incorrectos das suas afirmações, e que pecavam, não tanto por omissão mas sobretudo por afirmações descontextualizadas ou por referências que deturpam o que foi dito. Assim sendo, ditou para a acta um texto para corrigir as suas afirmações. ----------

-------- O segundo secretário, Hugo Jorge, explicou o procedimento para elaboração das actas das sessões da Assembleia, solicitando aos senhores deputados que, sempre que achem necessário, chamem a atenção e corrijam os erros presentes nas actas. O procedimento usado, e que vem do mandato anterior, consiste em efectuar as correcções na própria acta, para que ela não fique com erros e para que, quando no futuro for consultada, não obrigue à consulta da acta seguinte. Como tal, o texto ditado pela senhora deputada Dina Ribeiro será incluído na acta da Sessão anterior. ----------

-------- O senhor Presidente da Assembleia, em relação à cedência das gravações das sessões da Assembleia, considerou que estas se tratam de um documento de trabalho e que não devem ser livremente cedidas. Ficam, porém à disposição de qualquer deputado que as queira ouvir, bastando para tal dirigir-se às instalações da Câmara Municipal. ----------

-------- O senhor Presidente da Câmara referiu que acreditava que o que constava nas actas era o mais próximo do que tinha sido dito na Sessão da Assembleia, solicitando de seguida a correcção de um erro que dizia respeita à área do parque empresarial do Fontão. ----------

-------- A senhora Dina Ribeiro afirmou que, se efectivamente as correcções por si apresentadas forem introduzidas na acta na Sessão anterior, não terá qualquer problema em votar favoravelmente a acta, mas se as correcções apenas ficarem reflectidas na acta desta Sessão votará contra. Considerou essencial que não haja afirmações descontextualizadas nem deturpadas, para que a posição da bancada do CDS/PP não saia subvertida. ----------

-------- O senhor Presidente da Assembleia esclareceu que todos os pedidos de alteração eram feitos na acta a que

diziam respeito e não na acta seguinte. ----------

-------- Após as correcções solicitadas, a acta da sessão anterior foi aprovada com duas abstenções. ----------

-------- O senhor Presidente da Assembleia leu, seguidamente, um pedido efectuado por carta pelo senhor deputado Manuel Pereira a solicitar a suspensão, por um ano, do mandato para o qual foi eleito, pedido esse que foi aceite pela Assembleia. ----------

-------- De seguida, o senhor Presidente da Assembleia referiu-se à correspondência recebida e expedida, ficando a mesma ao dispor dos senhores deputados para eventual consulta. ----------

----------PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA----------

-------- O senhor deputado André Pinho começou por chamar a atenção para a existência de uma matilha com cerca de dez cães vadios na zona da EN 109 entre o posto de abastecimento conhecido como Rufino e a antiga empresa de lacticínios Martins e Rebelo, salientando que também em Calvão já existe uma queixa sobre estes cães, e que durante a noite é difícil dormir, devido ao barulho. Aproveitou para agradecer ao Executivo pelas obras que têm sido feitas em Calvão, convidando todos os deputados a irem dar um passeio ao Barreiro de Calvão. Ainda em relação à freguesia de Calvão, e contrariando algumas pessoas que duvidavam da obra, elogiou a Câmara pela construção do campo de futebol de sete do Grupo Desportivo de Calvão e pelo projecto da internet nas freguesias, informando que a adesão a este projecto tem estado muito acima do que se esperava. ----------

-------- O senhor deputado Mário Tarenta mostrou a sua satisfação com o decorrer das obras no Barreiro de Calvão. De seguida referiu que gostaria de saber a quem se referia o senhor deputado André Pinho, quando afirmou que havia pessoas que duvidavam daquilo que a Câmara poderia fazer na freguesia de Calvão, considerando que falar em termos genéricos não ajuda à felicidade de ninguém. Reconhecendo a beleza do passeio proposto pelo deputado André Pinho, não deixou de sugerir que o passeio se deveria estender mais para a zona norte da freguesia, entrando na estrada de saibro que liga essa zona à Choca do Mar e que passa em plena reserva agrícola, uma vez que lá perto continua a crescer uma obra “faraónica”, a que se tem vindo a referir nas últimas sessões. Em visita de trabalho pela freguesia da Gafanha da Boa Hora registou que os terrenos que se encontram a poente da estrada principal, depois das casas e até à ria, são bons para agricultura, não percebendo porque razão é que na zona do antigo forte a Junta, talvez por falta de terreno na floresta, começou a depositar certos detritos, resíduos agrícolas, materiais sobrantes de construções e algumas máquinas velhas. Manifestou assim a sua preocupação com o impacto que estes detritos possam vir a ter sobre o nível freático e nas próprias terras. ----------

-------- O senhor deputado Silvério Regalado, respondendo ao senhor deputado Mário Tarenta, referiu que se não houvesse pessoas que tivessem duvidado das capacidades deste Executivo, ele teria tido cem por cento dos votos nas eleições. Interrogou o Executivo sobre os moldes de como irá decorrer a redução do período balnear nas praias da Vagueira e Areão, sobre a situação da defesa da costa na praia da Vagueira e sobre a construção da lota, para que os pescadores possam ter condições para exercer o seu ofício. Por fim, e reconhecendo o excelente trabalho desenvolvido pelos responsáveis da Associação Desportiva de Vagos, não quis deixar de realçar um grupo de trinta jovens que esteve presente no pavilhão municipal, no jogo de basquetebol entre a ADV e o Futebol Clube do Porto,

apoiando de uma forma ordeira e cordial, desde o início até ao fim, a equipa de Vagos, tendo até recebido no final os parabéns do próprio capitão do Futebol Clube do Porto, Nuno Marçal. ----------

-------- O senhor Presidente da Câmara começou por corrigir algumas notícias da imprensa dos dias anteriores: a primeira notícia dizia respeito ao investimento no saneamento no concelho de Vagos, esclarecendo que o montante verdadeiro do investimento é de 7 milhões de euros e não de 700 milhões. A segunda notícia referia que os valores previstos para o arranjo do centro da Vila – 3º fase, eram de 150 mil euros, prevendo-se na verdade que o custo das obras ascenda aos 15 milhões de euros. Em relação ao mapa judiciário, informou que a primeira versão que foi divulgada já se encontra completamente alterada, que a segunda versão que foi apresentada em reunião com o Secretário de Estado também já se encontra desactualizada e que a terceira versão, a ser enviada para a Câmara para uma tomada de posição, deverá corresponder a um consenso entre a segunda versão e a posição dos autarcas do Baixo Vouga. De seguida, referiu que a deslocação das comemorações do 25 de Abril de 2008 para a freguesia de Calvão se enquadram nas comemorações dos 75 anos desta mesma freguesia. Em resposta ao senhor deputado Mário Tarenta, informou que chegou ao conhecimento da Câmara, não por intermédio de correio mas através de um munícipe, que foi emitida uma ordem de demolição pela Comissão de Reserva Agrícola do Centro (CRAC) de uma edificação ilegal, em área de reserva agrícola. Em relação ao lixo nos terrenos da ria, considerou que não é uma boa imagem, mas que o tipo de lixo depositado não é poluente para a ria. Os terrenos pertencem à Junta de Freguesia e foram seleccionados para que os munícipes depositem o lixo que não pode ser recolhido nos contentores. A Câmara irá, com regularidade, proceder à selecção e remoção desse lixo. Bem mais grave, considerou, é o facto de ser sucessivamente adiada a dragagem, o desassoreamento, o controlo da quantidade e qualidade da água e a reposição e o reforço das margens, aproveitando para comunicar a decisão do Ministério do Ambiente, que considerou lamentável, de não atender ao apelo dos autarcas da região da Ria. Essa decisão ministerial foi de constituir um grupo de trabalho composto por cinquenta entidades, o que significa que com um grupo desta dimensão não se irá conseguir fazer absolutamente nada. Em relação às questões do senhor deputado Silvério Regalado, referiu que a diminuição da época balnear não era apenas nas praias da Vagueira e Areão, mas sim em todas as praias incluídas no POOC. Quanto à defesa da costa, informou que o Instituto da Água (IA) lançou recentemente o concurso público para a recuperação da defesa aderente, reparação e reforço de esporões, que incluiu parte do projecto municipal de requalificação e defesa da costa, conforme o Executivo conseguiu negociar. A Administração do Porto de Aveiro (APA) realizou um estudo de impacto ambiental para uma intervenção a realizar ao largo do referido porto, estudo esse que prevê uma reposição de areias ao largo da praia da Vagueira, esperando-se que essa reposição possa ser financiada, em parte, pelo IA. Relativamente à questão da lota, e de acordo com o IA, será requalificada a zona dos palheiros, esperando-se que na época balnear de 2009 esteja tudo pronto. Para esta época balnear, mantém-se a situação provisória. ----------

----------**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**----------

-------- PONTO UM – INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALINEA e) DO PONTO 1 do ARTIGO 53º, DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO. ----------

-------- O senhor Presidente da Câmara deu a conhecer à Assembleia a informação financeira e actividade municipal, no período compreendido entre vinte e seis de Dezembro de dois mil e sete e vinte e seis de Fevereiro de dois mil e oito, a informação financeira à data de vinte e cinco de Fevereiro de dois mil e oito e os processos pendentes em tribunal, em que o Município de Vagos é parte, e que envolvam eventual responsabilidade financeira. ----------

-------- PONTO DOIS – ESTUDO URBANISTICO DE ALINHAMENTOS – ALTERAÇÃO DO PERFIL DA AVENIDA JOÃO GRAVE – APROVAÇÃO. ----------

-------- O senhor Presidente da Câmara explicou que no Plano de Urbanização da vila de Vagos a dimensão do perfil das vias interiores solidificadas e não solidificadas está definido num plano de alinhamentos já aprovado na Assembleia Municipal, em dois mil e três, e que foi elaborado pelos serviços técnicos da Câmara. Na altura foi proposto um perfil de catorze metros na avenida João Grave, tendo o CDS/PP, que na altura detinha a maioria na Assembleia entendido que o perfil que melhor se adequava àquela avenida era de dezasseis metros. Face aos problemas que surgiram, foi elaborado um novo estudo para a referida avenida, chegando-se à conclusão que não era possível sacrificar na mesma medida o lado nascente e o lado poente da via, pois o lado poente já se encontra maioritariamente edificado, sendo o alinhamento existente ao eixo da via de sete metros. Portanto, para se ter uma avenida com um alinhamento correcto e equilibrado, entendeu a Câmara propor a redução do perfil para os catorze metros. ----------

-------- O senhor deputado Silvério Regalado elogiou o Executivo pela coragem no alargamento de estradas e na elaboração de projectos com visão de futuro. Esta medida de diminuição do perfil da avenida João Grave não agrada ao grupo municipal do PSD, mas enquadra-se com a realidade e com o Plano de Urbanização. Como tal, o PSD votará favoravelmente a diminuição do perfil. ----------

-------- A senhora deputada Dina Ribeiro lembrou que o edificado existente na avenida João Grave é recente, tornando muito difícil a implementação do perfil de dezasseis metros, e que embora também o Grupo Municipal do CDS/PP preferisse uma estrada mais larga, concordava com esta alteração. Aproveitou, no entanto, para propor à Assembleia uma solução para tornar a via mais transitável, tendo por base a Portaria que define o perfil de vias em loteamentos, embora aqui não se trate de um loteamento. O que estava previsto no estudo apresentado pela Câmara eram três metros para a via, dois metros e meio para estacionamento e metro e meio para passeio, e que se fosse ajustado à portaria a via ficaria com três metros e vinte e cinco, o estacionamento com dois metros e vinte e cinco e o passeio ficaria com o mesmo metro e meio. Assim, o grupo municipal do CDS/PP propôs à Assembleia Municipal que esta alteração fosse feita, justificando que em termos práticos a via iria aumentar meio metro, e que a eficácia em termos de trânsito era maior com esta rectificação. ----------

-------- O senhor deputado Mário Tarenta questionou se o perfil apresentado pela Câmara teria estacionamento de um lado e pista do outro. ----------

-------O senhor Presidente da Câmara explicou que a solução proposta pelo Grupo Municipal do CDS/PP seria possível se a Câmara já não tivesse investido naquela avenida, ao longo de quatro anos, definindo a faixa de rodagem em três metros. Assim, o custo de transformar estas faixas para três metros e vinte e cinco será muito elevado e poderá conduzir a um aumento da velocidade do trânsito, sendo intenção da câmara aumentar a zona de passeio e criar uma pista para bicicletas. ----------

-------- O senhor deputado Silvério Regalado, em nome do grupo municipal do PSD, declarou não aceitar a proposta do Grupo Municipal do CDS/PP, preferindo votar a proposta apresentada pela Câmara. ----------

-------- O senhor Presidente da Assembleia colocou à votação a alteração do perfil da Avenida João Grave proposta pela Câmara. ----------

-------- Realizada a votação, foi aprovada por unanimidade a alteração do perfil da Avenida João Grave. ----------

-------- PONTO TRÊS – CONTRATO DE COMODATO CELEBRADO ENTRE O MUNICIPIO E A SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VAGOS – RATIFICAÇÃO. ----------

-------- O senhor Presidente da Câmara afirmou que o ponto em discussão pretende, de acordo com as competências da Câmara e da Assembleia Municipal, concluir as negociações que foram iniciadas há dois anos para dotar o equipamento sócio-administrativo da Zona Industrial de Vagos das valências para que foi projectado e construído. Uma dessas valências é uma creche, tendo sido efectuadas várias consultas a diversas IPSS do Concelho. De todas, a única que demonstrou ter condições e vontade para instalar a creche na zona industrial foi a Santa Casa da Misericórdia de Vagos, tendo sido feito já um acordo, já que estava previsto que o NEVA mudasse para a Zona Industrial em Setembro. No entanto, a obra derrapou em cerca de 3 meses, e a Santa Casa já havia outorgado um contrato com a Segurança Social para financiamento da creche. As verbas foram orçamentadas no ano de dois mil e sete e, caso não houvesse uso dessa verba, ela seria cancelada no ano de dois mil e oito. Havia portanto a necessidade urgente de instalar a creche ainda antes de estarem executados os arranjos exteriores e antes de estarem alguns equipamentos instalados no edifício, o que de facto aconteceu. Este contrato é consequência do acordo entre a entidade que irá explorar o edifício, sob a forma de proprietário ou sob a forma de usufrutuário e que depois de o ser terá que outorgar com a Santa Casa da Misericórdia um novo contrato de comodato. Na actualidade, o proprietário ainda é a Câmara Municipal de Vagos. ----------

-------- O senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o ponto em discussão. ----------

-------- Após a votação, foi aprovado por unanimidade o contrato de Comodato entre o município e a Santa Casa da Misericórdia. ----------

-------- PONTO QUATRO – FREGUESIA DE VAGOS – CEDÊNCIA DE TERRENO EM VAGOS – AUTORIZAÇÃO PARA DOAR. ----------

-------- O senhor Presidente da Câmara explicou que já no anterior executivo da Junta de Freguesia tinha sido manifestada a intenção de proceder à construção de um pequeno espaço para guardar máquinas e materiais, dado que a pequena criminalidade de furto aumentou. Não foi possível chegar a acordo anteriormente, pois o espaço pretendido pela então Junta de Freguesia violava o Plano de Pormenor do Bairro da Corredoura. O actual executivo

da Junta conseguiu encontrar outra solução, propondo à Câmara a cedência de uma parcela que se localiza por trás da posto da GNR, que não tem capacidade edificativa para habitação. Assim, a Câmara entendeu ceder a parcela à Junta de Freguesia de Vagos para a construção dos seus armazéns. ----------

-------- O senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o ponto em discussão. ----------

-------- Após a votação, foi aprovada por unanimidade a doação do terreno à Junta de Freguesia de Vagos. ----------

-------- PONTO CINCO – FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DA FREGUESIA DA GAFANHA DA BOA HORA – CEDÊNCIA DE LOTE 45 DO LOTEAMENTO DO PLANO DE PORMENOR DA GAFANHA DA BOA HORA – AUTORIZAÇÃO PARA DOAR. ----------

-------- O senhor Presidente da Câmara, em relação aos dois lotes em causa nos pontos cinco e seis da ordem de trabalhos desta Sessão, referiu que dizem respeito ao espaço onde estão edificadas a Igreja e as salas da Catequese, e que no fundo o que se pretende com esta doação é a formalização do que já existe há alguns anos. ----------

-------- A senhora Presidente da Junta da Freguesia de Santo André de Vagos, Dulcínia Sereno, declarou ter esperança que a boa vontade demonstrada pela Câmara nesta doação de dois lotes à Igreja, seja igualada pelo senhor Bispo para a freguesia de Santo André, uma vez que o Centro Social da freguesia necessita de um lote bastante pequeno para implantação das suas instalações e a diocese parece não ter vontade em cedê-lo. ----------

-------- O senhor deputado Mário Tarenta, apoiando a intervenção da senhora deputada Dulcínia Sereno, afirmou que a Igreja se deveria preocupar mais com as almas e não com as questões terrenas, dando o exemplo da luta que existiu com a Diocese, durante anos, na freguesia da Calvão, para trazer para a posse da Junta de Freguesia o espaço do Barreiro, com propostas concretas de limpeza e de arranjo, tendo a Diocese mostrado sempre renitência em ceder os terrenos em causa, revelando que concordava com a máxima de que se a Diocese quisesse algum terreno teria que dar alguma contrapartida. ----------

-------- A senhora deputada Ana Maria Vasconcelos afirmou que, tendo a noção que os lotes em questão já estão edificados, tinha vindo com a inteira disponibilidade para votar favoravelmente. Mas após a intervenção da Presidente da Junta de Freguesia de Santo André, e julgando que nestas questões teria de prevalecer o princípio de reciprocidade, propõe a permuta como sendo uma questão de respeito entre as instituições, revelando que iria votar contra a doação. ----------

-------- O senhor deputado André Pinho, começou por afirmar que não tinha autoridade para defender a Igreja, mas como elemento efectivo da Igreja Católica, reconhecia que muitas vezes a Igreja não dava em bens materiais, mas sim em bens espirituais, dando o exemplo das aulas de catequese e do contributo para a educação das crianças e jovens. ----------

-------- O senhor deputado Mário Tarenta informou que iria votar contra a doação pura e simples, sugerindo que para acautelar determinados receios se inclua na doação uma cláusula de reversão para a Junta de Freguesia ou para o Município, no caso de uma situação de demolição ou caso a Igreja queira usar aqueles lotes para um fim diferente daquele para o qual foi feita a doação. ----------

-------- O senhor deputado Silvério Regalado afirmou que, para além da cláusula de reversão, este processo de doação poderia ser acompanhado por uma recomendação para que a Igreja possa ceder ao Centro Social de Santo André o terreno em causa. ----------

-------- A senhora Presidente da Junta de Freguesia de Santo André de Vagos revelou que o pedido de cedência do terreno ao Centro Social de Santo André já tinha sido feito várias vezes, solicitando a ajuda do senhor Presidente da Câmara para interceder junto do senhor Bispo de Aveiro. ----------

-------- O senhor Presidente da Câmara afirmou que o Centro Social de Santo André tem os terrenos necessários para a construção do edifício, adquiridos em parte pela Câmara e cedidos, noutras partes, e de forma gratuita, pela Igreja ou pela Comissão Fabriqueira de Santo André, com a devida autorização do senhor Bispo. Neste momento é o acesso que está em causa, por ser muito estreito, passando apenas um autocarro de cada vez. A Câmara propôs ao senhor Bispo a demolição da edificação que está no terreno e que se encontra em ruínas e de modo a integrar o terreno no arranjo total do espaço, dando visibilidade ao Centro Social e criando um acesso fácil e com segurança ao edifício. Após reunião com o senhor Bispo, este mostrou aceitar a proposta, na condição do Centro Social considerar um espaço, uma sala e um quarto para o pároco. Face a esta aceitação do senhor Bispo, revelou que estranhou a resposta negativa do Monsenhor Vigário Geral às pretensões da IPSS. Em relação à proposta da permuta, considerou não ser a forma mais indicada, uma vez que a Câmara já deliberou sobre este assunto, propondo que a Assembleia Municipal autorize a doação na condição de os terrenos da Residência Paroquial da Santo André de Vagos serem cedidos ou ser autorizado o uso desses terrenos para o Centro Social de Santo André de Vagos. ----------

-------- O senhor deputado José Lazaro considerou que este assunto era uma simples regularização de uma situação existente, não concordando com a condição proposta para a doação, justificando essa não concordância com facto de os lotes já estarem edificados com a autorização da Câmara, não fazendo sentido, nesta altura, condicionar a doação desses lotes. ----------

-------- O senhor deputado Silvério Regalado considerou ser uma questão de justiça que a Igreja, recebendo dois lotes de terreno, ceda alguns metros para que o Centro Social de Santo André possa nascer com as devidas condições. ----------

-------- A senhora deputada Dina Ribeiro manifestou a sua concordância com o senhor deputado José Lazaro, considerando que são dois processos diferentes: o processo de doação dos lotes e o processo da cedência de terrenos ao Centro Social, e que se poderia aproveitar o processo da doação para fazer pressão para resolver o problema da do Centro Social de Santo André, revelando estar numa situação algo complicada pois o voto do Grupo Municipal do CDS/PP era favorável à doação, mas era contra a inclusão da condição nessa mesma doação, mostrando-se um pouco baralhada com a situação. ----------

-------- A senhora deputada Helena Marques considerou que, caso seja feita a doação sem qualquer tipo de condição, a Igreja não irá ceder o que quer que seja, concordando inteiramente com a colocação da condição na doação dos lotes à Igreja. ----------

---

-------- A senhora deputada Ana Maria Vasconcelos afirmou que autorizar a construção num terreno não é o mesmo que doar um terreno ou prometer doar esse terreno, logo a conclusão de que se está a regularizar uma situação anterior é perfeitamente abusiva, pois não há indicação nenhuma que alguém em nome da autarquia tenha prometido doar à Igreja o que quer que seja. O que acontece é que o município de Vagos, benignamente, autorizou a Igreja a utilizar um determinado terreno, estando neste momento a falar-se de uma coisa nova, que é doar um terreno, não estando a Câmara a regularizar nada. Por fim considerou ser claro que se deveria doar, mas que essa doação teria de ter uma contrapartida, que seria um igual comportamento da Igreja em relação às instituições da Concelho. ----------

-------- O senhor Presidente da Câmara afirmou, com alguns exemplos, que a Igreja precisa do município de Vagos todos os dias, não se mostrando muito preocupado com esta situação. Considerou que existem dois momentos importantes, o momento da decisão da Câmara doar, e o momento da Assembleia autorizar, na condição da Diocese ceder ao Centro Social de Santo André, não havendo condições na doação mas sim na autorização da Assembleia Municipal. ----------

-------- O senhor Presidente da Assembleia anunciou que a votação irá ser feita em simultâneo para os dois lotes presentes nos pontos cinco e seis da ordem de trabalhos, dado que se trata do mesmo assunto. ----------

-------- O senhor Presidente da Assembleia colocou à votação a alteração da proposta apresentada, colocando-se uma condição para a doação dos lotes. ----------

-------- Realizada a votação, foi aprovada a alteração da proposta com quatro votos contra e vinte e três a favor. ------

-------- O senhor Presidente da Assembleia colocou à votação a proposta de doação dos lotes 45 e 46 do loteamento da Gafanha da Boa Hora à Diocese, com a condição da Comissão Fabriqueira de Santo André de Vagos ceder o terreno ao Centro Social de Santo André. ----------

-------- Realizada a votação, foi aprovada com um voto contra e vinte seis votos a favor a autorização da doação dos lotes 45 e 46 do loteamento da Gafanha da Boa Hora à Igreja com a condição da Comissão Fabriqueira de Santo André de Vagos ceder o terreno ao Centro Social de Santo André. ----------

-------- PONTO SEIS – FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DA FREGUESIA DA GAFANHA DA BOA HORA – CEDÊNCIA DE LOTE 46 DO LOTEAMENTO DO PLANO DE PORMENOR DA GAFANHA DA BOA HORA – AUTORIZAÇÃO PARA DOAR. ----------

-------- A discussão e votação deste ponto foram realizadas juntamente com o ponto anterior. ----------

-------- PONTO SETE – ALIENAÇÃO DOS TERRENOS DOS "ACTUAIS ARMAZENS MUNICIPAIS" – AUTORIZAÇÃO. ----------

-------- O senhor Presidente da Câmara anunciou que já estão a ser executados os projectos dos novos armazéns municipais e que a estratégia financeira da Câmara municipal é financiar os novos armazéns com os antigos armazéns. Informou que os terrenos dos antigos armazéns se encontram em perímetro urbano, destinado a construção urbana, e o que se propõe é executar o que está previsto no Plano de Actividades e Orçamento, ou seja, a alienação dos armazéns municipais. A avaliação do valor base foi efectuada pelos serviços técnicos da Câmara, de acordo com as novas regras do IMI, esperando que sejam aceites pela CNAPO e pelo senhor Ministro das Finanças.-

-------- A senhora deputada Dina Ribeiro começou por referir que o grupo municipal do CDS/PP nada tem a opor à venda, nem nenhum comentário a fazer ao valor da avaliação base, pois confia no cálculo efectuado pelos serviços técnicos municipais. Mas tem algumas dúvidas sobre as condições de venda, considerando que nesta venda o comprador ficará vinculado a construir em função do plano de urbanização da vila de Vagos, não permitindo saber o que o requerente irá fazer, uma vez que não há um plano de pormenor que defina com rigor, e de acordo com a área envolvente, o que se irá fazer. Considerou assim que a Câmara está a passar um cheque, não totalmente em branco, pois o projecto terá de ser aprovado pela Câmara, mas de certa forma a permitir que seja o adquirente a definir o que se pretende para aquela área, não concordando que a venda seja efectuada apenas com base num plano de urbanização, deixando liberdade ao comprador. Em nome de uma maior transparência e de um melhor ordenamento da vila, o grupo municipal do CDS propôs que este ponto fosse retirado da ordem de trabalhos para que a Câmara possa elaborar um estudo urbanístico para aquela área, de forma a abranger não só o terreno dos armazéns mas toda a área envolvente, justificando que esta solução era mais vantajosa porque por um lado o comprador sabe exactamente o que está a comprar e por outro a Câmara saberá com mais rigor o que está a vender e os metros de construção que irão surgir na área. Por fim, ganha também o ordenamento daquela zona com a existência deste estudo urbanístico. ----------

-------- O senhor Presidente da Câmara esclareceu que o Executivo sabe exactamente qual é a capacidade edificativa do terreno, de acordo com o Plano de Urbanização, e que a avaliação do terreno foi feita em consonância com essa capacidade edificativa. Informou que os serviços técnicos da Câmara elaboraram dois estudos para a zona, com duas soluções distintas, uma para prédios e outra para moradias, defendendo que a Câmara não deve limitar a possibilidade de quem adquire de contratar um arquitecto que defina uma nova solução para a zona em causa. --------

-------- A senhora deputada Dina Ribeiro reforçou a sua intervenção, referindo que o seu Grupo Municipal preferiria ver nas condições de venda uma referência a um estudo urbanístico para essa área, salientando que a vila de Vagos só tem a ganhar com esta solução. Por fim, anunciou que se o ponto for votado sem que se tenha em consideração a proposta efectuada pelo grupo municipal do CDS/PP, o sentido de voto irá ser desfavorável. ----------

-------- A senhora deputada Ana Maria Vasconcelos afirmou que, por princípio, achava que a administração já se imiscuía demasiadas vezes nas decisões privadas. Referiu ainda que quanto mais restritiva for a regulamentação, nesta situação, menos correcta estará. Considera que o preço apresentado é elevado e prevê dificuldades na venda. Por fim, afirmou que o seu sentido de voto irá ser favorável, nas condições em que a proposta foi apresentada pela Câmara. ----------

-------- O senhor deputado Silvério Regalado revelou que o Grupo Municipal do PSD irá votar favoravelmente o ponto tal como foi apresentado, concordando com a senhora deputada Ana Maria Vasconcelos em relação ao valor apresentado para a venda dos terrenos. ----------

-------- O senhor deputado Mário Tarenta considerou que a Câmara está a realizar um bom negócio, por duas razões: a primeira porque irá vender os terrenos dos antigos armazéns por um preço bastante superior ao preço pelo qual adquiriu os terrenos para a localização dos novos armazéns; por outro lado, porque a venda em bloco, sem lotear

previamente, irá permitir à câmara tirar mais contrapartidas de um futuro loteamento no que diz respeito às taxas a cobrar, à captação de investimentos e à fixação de pessoas. ----------

-------- A senhora deputada Luísa Costa solicitou à Mesa que levasse à votação a proposta do Grupo Municipal do CDS/PP. ----------

-------- O senhor Presidente da Assembleia colocou à votação a proposta do Grupo Municipal do CDS/PP de retirada do ponto da ordem do dia. ----------

-------- Realizada a votação, foi rejeitada a proposta do grupo municipal do CDS/PP com cinco votos a favor e vinte e dois contra. ----------

-------- O senhor Presidente da Assembleia colocou à votação a autorização de alienação dos terrenos dos actuais armazéns municipais. ----------

-------- Realizada a votação, foi aprovada com vinte e dois votos a favor e cinco votos contra a autorização de alienação dos terrenos dos actuais armazéns municipais. ----------

-------- A senhora deputada Dina Ribeiro apresentou uma declaração de voto em nome do Grupo Municipal do CDS/PP, que refere o seguinte: "a bancada do CDS/PP votou contra este ponto, em primeiro lugar porque a venda efectuada apenas com base no Plano de Urbanização deixa ao comprador a liberdade total de definir o que pretende para aquela zona. Em segundo lugar, tememos que as construções ali a surgir possam não estar em harmonia com a área envolvente. Em terceiro lugar entendemos ser necessário um estudo urbanístico para aquela zona, pois este traria mais clareza ao processo de venda e melhoraria o ordenamento da área em causa e da zona envolvente". -------

-------- PONTO OITO – ALIENAÇÃO DO CONJUNTO DE LOTES 3 A 28 DO LOTEAMENTO DO PLANO DE PORMENOR DA GAFANHA DA BOA-HORA – AUTORIZAÇÃO. ----------

-------- O senhor Presidente da Câmara esclareceu que este ponto vinha novamente à Assembleia Municipal porque a base negocial anterior estava excessivamente alta, revelando que a avaliação tinha sido feita pelos serviços técnicos. Informou que a base negocial baixou bastante, porque quando foi efectuada a primeira avaliação não havia regras de definição da avaliação, tal como as prevê neste momento o código do IMI. A anterior proposta previa para a zona em questão um coeficiente atribuído aos terrenos agrícolas e agro-florestais, e portanto não se podia aplicar a parte urbana. A actual avaliação já foi feita de acordo com as novas regras da proposta de revisão para os coeficientes e zonamento para o município de Vagos, recentemente aceite pela divisão de serviços de avaliação, esperando que fosse também aceite pela CNAPO e pelo senhor Ministro das Finanças. ----------

-------- O senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o ponto em discussão. ----------

-------- Após a votação, foi aprovada por unanimidade a autorização da alienação dos lotes 3 a 28 do loteamento da Gafanha da Boa/Hora Floresta. ----------

-------- PONTO NOVE – CONCESSÃO DO USO DO DOMINIO PRIVATIVO DO MUNICIPIO DE VAGOS – INSTALAÇÃO DE ESTABELECIMENTO E/OU SERVIÇOS DE APOIO À ACTVIDADE INDUSTRIAL DA ZONA INDUSTRIAL DE VAGOS – AUTORIZAÇÃO. ----------

-------- O senhor Presidente da Câmara informou que tinha sido posto primeiramente à venda, em hasta pública, o lote 122 da Zona Industrial de Vagos, onde se encontra o edifício destinado a restauração e serviços de lavagem de automóveis, tendo essa ocupação sido definida pela Câmara, de acordo com o Regulamento do Plano de Pormenor da Zona Industrial. Para o lote 121 não pode ser feito um processo de compra e venda normal, pois no lote já existem outras construções, de terceiros, autorizadas pela Câmara, como é o caso da estação elevatória da SIMRIA. Como tal, a Câmara só pode ceder o direito de superfície sobre um determinado número de metros quadrados do lote 121, e a sua ocupação tem de ir ao encontro do que está definido pela Câmara e pelo referido Plano de Pormenor. O que está assim em causa é essa cedência. ----------

-------- A senhora deputada Ana Maria Vasconcelos solicitou um esclarecimento sobre se a constituição de direito de superfície de uma parte de um lote é legalmente possível. ----------

-------- O senhor Presidente da Câmara esclareceu a dúvida da senhora deputada Ana Maria Vasconcelos. ----------

-------- O senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o ponto em discussão. ----------

-------- Após a votação, foi aprovada por unanimidade a autorização da concessão do uso do domínio privativo do município de Vagos, para instalação de estabelecimento e/ou serviços de apoio à actividade industrial. ----------

-------- PONTO DEZ – CONCESSÃO DO USO DO DOMINIO PRIVATIVO DO MUNICIPIO DE VAGOS – INSTALAÇÃO DE ÁREA DE SERVIÇO – AUTORIZAÇÃO. ----------

-------- O senhor Presidente da Câmara, revelando o interesse de alguns particulares na instalação de uma estação de serviço na zona mais próximo da zona alagada, informou que nunca foi permitido pela Câmara a instalação naquela área de uma estação de serviço. Porém, o Plano de Urbanização enquadrou, mais tarde, essas zonas alagadas como áreas verdes de enquadramento. Assim, o município tem que resolver a questão da ETAR de Vagos, abandonada em face da adesão ao sistema da SIMRIA. Como não há necessidade na sua recuperação e o investimento na sua demolição será bastante elevado, foi decidido pela Câmara, face aos vários interessados, avançar para a concessão daquele espaço por 30 anos. O pormenor que faz com que o preço base apresentado seja baixo prende-se com a vinculação dos concorrentes à realização de parte da marginal, incluindo a rotunda da EN 333, revelando que o projecto da marginal à vila de Vagos já foi aprovado. ----------

-------- A senhora deputada Dina Ribeiro começou por referiu que o grupo municipal do CDS/PP considera o preço apresentado adequado. Quanto à estação de serviço, considera que esta irá servir a EN 333, e que irá ser implementada numa zona onde já existem equipamentos que se encontram desactivados. Sendo um terreno que não serve para mais nada e concordando que é necessário uma estação de serviço entre o nó da A17 e a vila de Vagos, o Grupo Municipal do CDS/PP nada tem a opor à instalação de uma estação de serviço naquele local. ----------

-------- A senhora deputada Ana Maria Vasconcelos voltou a manifestar dúvidas de que se trate de um direito de superfície mas sim de um direito real de uso. Em relação à localização, considera não ser a melhor solução para a instalação de uma infra-estrutura desta natureza, informando que irá votar desfavoravelmente esta solução, manifestando mais uma vez o seu desagrado em relação à marginal à vila de Vagos. ----------

-------- O senhor deputado Mário Tarenta, concordando com a deputada Ana Maria Vasconcelos, não deixou de referir que a bancada do PS não estava a assumir o papel de profetas da desgraça, em relação às reticências que têm sobre a marginal da vila de Vagos, mas que esperava para o bem de Vagos que o futuro não lhes viesse a dar razão.-

-------- O senhor deputado Silvério Regalado informou que o Grupo Municipal do PSD concorda com o preço apresentado e que irá votar favoravelmente a instalação da estação de serviço. Por fim, não deixou de elogiar a coerência da bancada do PS, em relação a esta questão, muito embora estivesse em discordância com a posição do Grupo Municipal do PSD. ----------

-------- O senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o ponto em discussão. ----------

-------- Após a votação, foi aprovada com vinte e cinco votos a favor e dois votos contra a autorização da concessão do uso do domínio privativo do município de Vagos, para instalação de uma área de serviço. ----------

-------- PONTO ONZE – ELEIÇÃO DOS NOMES PROPOSTOS PARA A COMISSÃO DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS. ----------

-------- O senhor Presidente da Assembleia solicitou aos representantes das bancadas dos partidos a apresentação dos nomes dos representantes para a CPCJ, para se proceder posteriormente à sua eleição. ----------

-------- O senhor deputado Silvério Regalado leu um comunicado que entregou à Mesa que referia que "o Grupo Municipal do PSD vem deste modo apresentar, para dar cumprimento ao ponto onze da ordem de trabalhos da Assembleia, a seguinte lista de pessoas que irão representar, caso sejam eleitas, a Assembleia Municipal na CPCJ: professor André de Jesus Pinho, professora Maria de Fátima Cunha Moço, Dra. Maria Rosalina Adrião Soares e professor Paulo Jorge de Abreu Pimentel". Explicou que a lista era apresentada na sequência das pessoa que já se encontravam na CPCJ, com apenas uma alteração, que era a saída do Dra. Leane Leite e a entrada do professor Paulo Jorge de Abreu Pimentel, actual presidente da CPCJ. Por fim afirmou que o Grupo Municipal do PSD tinha decidido manter os nomes, porque entendia que as pessoas que foram indicadas anteriormente fizeram um bom trabalho e contribuíram para o bom funcionamento da CPCJ. ----------

-------- A senhora deputada Dina Ribeiro começou por referir que pela forma como o ponto estava redigido, pensou que já existisse uma proposta e que não era para trazer uma proposta de lista para a Assembleia. Assim, veio para a Assembleia apenas a pensar em duas possibilidades, a primeira era que a bancada do PSD pudesse ter mudado de postura em relação a este assunto e estivesse disponível para elaborar em conjunto com as bancadas do PS e o CDS/PP uma lista de consenso. A outra hipótese era o que estava a acontecer, que era o PSD se fazer valer da sua superioridade numérica e apresentar a sua proposta de lista. ----------

-------- O senhor deputado Mário Tarenta começou por considerar que era uma tarefa hercúlea para quem estava indicado para a CPCJ, revelando que gostaria muito de lá estar, mas que não tinha de momento condições para isso, mas que seria uma causa pela qual se apaixonaria. Considerou que desta vez o Grupo Municipal do PSD teve pressa em resolver o assunto, não tentando a lista de consenso como o tentara na última eleição, e que provavelmente estariam com receito que a bancada do PS pudesse indicar alguma personalidade algo truculenta para alguns, como por exemplo do Dr. Carlos Maia. Jogou então por antecipação, não dando hipóteses às outras bancadas. Por último,

afirmou que como este assunto era demasiado sério e por uma questão de dignidade e respeito pela defesa das crianças e de pudor, nem sequer iria desenvolver outro tipo de argumentos contra mais esta tirada da bancada do PSD, não dando voz às minorias. Terminou então a sua intervenção com uma frase de Gabriel Garcia Marquez "a vida está nos olhos de quem sabe ver". ----------

-------- A senhora deputada Ana Maria Vasconcelos considerou lamentável a persistência da postura do Grupo Municipal do PSD em relação a uma questão tão sensível e tão delicada como é a das crianças em risco do concelho, lamentando que nem sequer tenha havido um esforço de aproximação, e que seguramente daria aos representantes da Assembleia Municipal na CPCJ uma força muito diferente se os nomes fossem propostos por toda a Assembleia. Como tal, manifestou a intenção de votar contra. ----------

-------- A senhora deputada Graça Gadelho afirmou que gostaria que todos vissem o estado da Nação e as oportunidades que são dadas às chamadas minorias, e que todos se lembrassem de mandatos anteriores, quando o PSD era minoria e que tentava e nunca lhe davam voz. Considerou que a CPCJ trabalhou muito bem e quando as coisas estão bem, não se deve mudar. ----------

-------- O senhor deputado Mário Tarenta considerou que pelo facto do PSD já ter estado em minoria e de ter sentido na pele o que é estar naquela situação, deveria ter uma atitude diferente, pois assim estariam a legitimar que outros amanhã voltem a cometer o mesmo erro, e que por esta razão irá votar contra. ----------

-------- O senhor deputado Silvério Regalado revelou que não queria entrar em diálogo político sobre este assunto, mas quis deixar muito claro que os tempos desde 2001 se revelaram muito diferentes do que foram os oito anos anteriores, portanto a posição, quer do executivo, quer do grupo municipal do PSD tem sido quase sem mácula. -----

-------- A senhora deputada Dina Ribeiro não quis responder à intervenção do senhor deputado Silvério Regalado, justificando que lidava todos os dias com crianças e que estava habituada a que só elas se tentem desculpar com o erro dos outros. Afirmando que esta forma de designar os elementos para CPCJ, sendo a bancada que tem maioria a propor os nomes, tinha sido inventada por esta Assembleia. ----------

-------- O senhor deputado Mário Tarenta recordou acontecimentos passados, em que uma associação a que pertencia foi posta de parte por alguns dos seus elementos terem feito críticas, considerando que estes argumentos já não fazem sentido. ----------

-------- O senhor deputado Silvério Regalado considerou "baixas" as afirmações da senhora deputada Dina Ribeiro, reafirmando que as posturas e atitudes mudaram para melhor. ----------

-------- O senhor Presidente da Câmara iniciou a intervenção afirmando que estava convencido que este tema iria ser necessariamente polémico, e que o grande problema residia apenas num nome, o do Dr. Carlos Maia e na postura que ele assumiu num determinado momento, relativamente à CPCJ e pondo em causa os beneficiários da sua acção. Portanto o PSD, mesmo em prejuízo da regra que estava estabelecida na Assembleia e face a circunstâncias que já foram discutidas, arriscou apostar nas pessoas que durante este tempo todo foram objecto da pior humilhação até à saída do Dr. Carlos Maia. A partir daí voltou a paz à CPCJ, voltando a ser bem vista na Segurança Social. ----------

-------- A senhora deputada Ana Maria Vasconcelos afirmou que esteve dois mandatos, com muito sacrifício, na CPCJ, e que viu como a Comissão trabalhou, e a abnegação e competência da Dra. Ilda e do Dr. Carlos Maia em prol das crianças de Vagos, não admitindo que o senhor Presidente da Câmara lhe diga que toma partido nesta questão por amizade às pessoas referidas. Afirmou que a Câmara de Vagos quis dar lugar a outra pessoa, e quis que as técnicas do "Saltar Barreiras" fossem embora, por uma situação de nepotismo e foi porque o Dr. Carlos Maia com a sua dedicação às crianças de Vagos as apoiou, que a Câmara tomou uma atitude, que considerou vergonhosa, de deixar de apoiar a CPCJ enquanto o Dr. Carlos Maia não saísse, considerando que foi uma injustiça o que foi feito ao Dr. Carlos Maia, às crianças e às técnicas do "Saltar Barreiras". Por fim declarou que o Dr. Carlos Maia foi sacrificado porque não serviu os interesses pessoais que a Câmara tentava nesse momento. ----------

-------- O senhor Presidente de Câmara confirmou que o projecto "Saltar Barreiras" terminou quando deixou de ser financiado, e que as suas técnicas deixaram de estar interessadas em participar assim que o projecto terminou. E a Câmara tomou aquela postura porque o Dr. Carlos Maia também modificou a sua postura isenta e o trabalho meritório que sempre teve na CPCJ em favor dessas técnicas, o que não era, no seu ponto de vista, admissível, porque uma coisa era o projecto "Saltar Barreiras" e outra coisa era o CPCJ. Não se podia manter o projecto "Saltar Barreiras" só para manter na CPCJ o bom trabalho que tinha desenvolvido até então. Assim, afirmou não concordar e não aceitar as acusações de boicote por parte da Câmara ao trabalho da comissão pela senhora deputada Ana Maria Vasconcelos, até porque está tudo escrito em relatórios e actas. ----------

-------- A senhora deputada Dina Ribeiro, em nome do grupo municipal do CDS/PP propôs à Mesa e à semelhança do que sempre aconteceu na Assembleia, que fosse feita uma lista de consenso com nomes indicados pelas três bancadas, solicitando que esta proposta fosse levada a votação. ----------

-------- O senhor Presidente da Assembleia colocou a proposta do grupo municipal do CDS/PP à votação. ----------

-------- Após a votação, a proposta do CDS/PP para criação de uma lista de consenso foi rejeitada com oito votos a favor e vinte e um votos contra. ----------

-------- De seguida, a senhora deputada Dina Ribeiro, em nome do Grupo Municipal de CDS/PP e em conjunto com o Grupo Municipal do PS, apresentou à mesa da Assembleia uma lista conjunta à CPCJ na qual constavam os seguintes nomes: Fernando Batista, Filipe Ramos, Dina Ribeiro e Arlindo de Jesus. ----------

-------- O senhor Presidente da Assembleia colocou à votação as duas listas concorrentes à CPCJ, sendo a Lista A constituída pelos nomes de André Pinho, Maria de Fátima Cunha Moço, Maria Adrião Soares e Paulo Jorge Pimentel e a Lista B constituída pelos nomes de Fernando Batista, Filipe Ramos, Dina Ribeiro e Arlindo de Jesus. --

-------- Realizada a votação, foram obtidos os seguintes resultados: Lista A - dezanove votos; Lista B - sete votos; um voto nulo. ----------

-------- A senhora deputada Dina Ribeiro apresentou à mesa da Assembleia um pedido de recurso, sobre a forma de como foram apurados os resultados da votação. ----------

-------- O senhor Presidente da Assembleia informou que o recurso pedido pelo grupo municipal do CDS/PP foi recusado. ----------

-------- O senhor Presidente da Assembleia anunciou que foram eleitos para a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens os seguintes munícipes: André Pinho, Maria Cunha Moço, Maria Adrião Soares e Paulo Jorge Pimentel. -----

-------- A senhora deputada Dulcínea Sereno, tendo estado na CPCJ desde o início e estando de saída, revelou que o Dr. Carlos Maia lhe merece todo o respeito do mundo e que não era ele que estava em causa, mas era um projecto de 100 mil euros que as duas técnicas do "Saltar Barreiras" queriam gerir à sua maneira. ----------

-------- O senhor Mário Tarenta começou por afirmar que o PSD poderia ter toda a razão do mundo e toda a legitimidade do mundo, mas os episódios aqui discutidos não podem nunca servir de desculpa pelo comportamento que tiveram ao não aceitarem uma lista de consenso, à revelia daquilo que era tradição democrática desta Assembleia quando o PSD era minoria, considerando que a postura do PSD era claramente arrogante. ----------

-------- PONTO DOZE – JUNTA DE FREGUESIA DE SANTO ANDRÉ – DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO DE TERRENOS PARA EQUIPAMENTOS. ----------

-------- O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à Presidente de Junta de Freguesia de Santo André de Vagos para apresentação do tema em discussão. ----------

-------- A senhora Presidente da Junta de Freguesia de Santo André de Vagos esclareceu que o terreno apresentado era um terreno que a Junta adquiriu com a ajuda da Câmara, e cujo objectivo era evitar que as crianças joguem futebol na rua, criando um espaço digno para que elas se possam reunir. Informou que, estando o terreno incluído na reserva agrícola nacional, nada lá se pode fazer de momento. ----------

-------- O senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o ponto em discussão. ----------

-------- Após a votação, foi aprovada por unanimidade a declaração de interesse público para a área total dos artigos rústicos 3160 e 3161, da freguesia de Santo André de Vagos. ----------

-------- PONTO TREZE – PLANO INTERMUNICIPAL DE ORDENAMENTO DA RIA DE AVEIRO – UNIR@RIA – AUDIÇÃO. ----------

-------- O senhor Presidente da Câmara afirmou que a equipa que elaborou o plano foi contratada pela Associação de Municípios da Ria e que os vários municípios acompanharam a sua elaboração. As acções propostas pelo município de Vagos estão incluídas nas respectivas acções previstas no plano, chamando apenas a atenção para a sua denominação, que aparece de forma confusa, solicitando apenas que a Assembleia Municipal dê parecer favorável ao plano intermunicipal na condição das fichas das acções serem devidamente corrigidas, pois encontram-se mal inseridas. ----------

-------- O senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o documento em discussão. ----------

-------- Após a votação, foi aprovado por unanimidade dar o parecer favorável ao plano Intermunicipal da Ria de Aveiro, Unir@Ria. ----------

-------- Não havendo público para intervir, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao segundo secretário para a leitura da minuta da acta. ----------

-------- De imediato o segundo secretário, Hugo Ribeiro Jorge, procedeu à leitura da minuta da acta da presente sessão. ----------

-------- O senhor Presidente da Mesa colocou a minuta da acta à votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. ----------

-------- E nada mais havendo a tratar, foi dada por encerrada a sessão da qual se lavrou a presente acta, que vai ser assinada pelos membros da Mesa. ----------